



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

## **Reunião Regional do CNAS com os CEAS – Região Nordeste**

**Ata da ordem do dia 25 de maio de 2021**

**(Realizada por Videoconferência)**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da Reunião Regional do CNAS com os CEAS – Região Nordeste**

**Local:** Ambiente Virtual CNAS

**Data:** 25/05/2021

1 Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e um realizou-se a Reunião Regional do  
2 CNAS com os CEAS – Região Nordeste, sob a coordenação da Conselheira Nacional Solange  
3 Teixeira – Titular e Representante do Ministério da Cidadania e Conselheiro Nacional Becchara  
4 Rodrigues de Miranda **ABERTURA:** A Conselheira Nacional Solange Teixeira, iniciou a reunião  
5 cumprimentando a todos e agradeceu a presença dos representantes dos Conselhos Estaduais e  
6 Municipais, especialmente devido ao fato de estarem em período de pandemia, tendo que se  
7 ajustarem virtualmente para o cumprimento das responsabilidades. E apresentou a seguinte  
8 programação proposta para a reunião: Manhã: 08h30 às 09h - Recepção dos participantes da  
9 Reunião Regional na sala de espera virtual. 09h Às 09h30 – Abertura Presidente do CNAS –  
10 Miguel Oliveira. Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos – Conselheira  
11 Irene Rodrigues da Silva Rodrigues. Um representante de cada Estado (CEAS ou CMAS). 09H30  
12 ÀS 10h - Tema 1 Apresentação do Informe CNAS nº 01/2021 – Orientações Temáticas e  
13 Organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2021. Apresentação  
14 resumida dos Eixos da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Coordenadora da Mesa:  
15 Conselheira Nacional Solange Teixeira. Convidados: Conselheira Nacional Aline Araújo –  
16 Representante da Equipe Programática da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de  
17 Assistência Social. 10h às 11h - TEMA 2 Apresentação do informe CNAS nº 02/2021 –  
18 Recomendações aos Conselhos para garantir Participação e Acessibilidade nas Conferências de  
19 Assistência Social. Desafios de participação dos delegados no processo conferencial no contexto  
20 Pandêmico nos formatos presenciais e híbridos. Análise com base em dados recentes a respeito dos  
21 riscos envolvidos na realização de conferências de assistência social nos formatos presenciais e  
22 híbridos. Convidada: Conselheira Nacional Edna Alegro – Representante da Equipe de Participação  
23 e Acessibilidade da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. 11h  
24 às 12h - Debate e Encaminhamentos 12h Às 14h – Almoço. 14h às 15h - Tema 3 - Desafio de  
25 participação dos usuários no processo conferencial em formatos virtuais. Análise tecnológica das  
26 possibilidades e estratégias de uso de plataformas que garantam acesso dos usuários em  
27 conferências virtuais. Coordenador da Mesa: Conselheiro Nacional Becchara Miranda.

28 CONVIDADO: Lucas Pinheiro – Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da  
29 Criança e do Adolescente – CONANDA. 15h Às 16h - Debate e Encaminhamentos. 16h Às 16h30 -  
30 Avaliação e Encerramento. Apresentada a metodologia proposta para a reunião a Conselheira  
31 Solange Teixeira, solicitou a apresentação breve de todos os Conselheiros: Presidente CEAS/AL  
32 Rafaela Karla Nascimento; Adriana Lohanna CEAS/SE; Vice-Presidente CEAS/SE Katia Ferreira;  
33 Sylvia de Sousa e Silva CEAS/CE; Presidente CNAS/Fortaleza Luís Narciso Coelho de Oliveira;  
34 Marta Alves de Souza CEAS/Fortaleza; Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque CEAS/CE;  
35 Secretária Executiva do CEAS/CE Maria Tereza de Araújo Serra; Presidente do CEAS/PI Luciana  
36 Evangelista Fernandes; Secretária-Executiva CEAS/PI Tatiana Brito Amorim; Secretária-Executiva  
37 CMAS/AL Alexandra Melo de Oliveira; Vice-Presidente CEAS/BA e Presidente do  
38 CMAS/Salvador Rodrigo Alves; Marília Machado CEAS/BA; Secretária Executiva  
39 CMAS/Salvador Luciana Alfano; Presidente CEAS/PE Joelson Rodrigues Reis e Silva; Maria  
40 Rosemaura CEAS/PE; Luziana C. de Albuquerque Maranhão CEAS/PE; Vanilson Torres  
41 CMAS/Natal; Maria Dalva Vieira CEAS/RN. Após as devidas apresentações, passou-se para  
42 **Abertura pelo Presidente do CNAS – Miguel Oliveira**, cumprimentando a todos, explanou sobre  
43 a preocupação do CNAS em realizar diálogos com os Conselhos de Assistência Social Estaduais e  
44 Municipais, trazendo informações importantes, bem como, ouvindo as preocupações no que se  
45 refere ao processo conferencial. Destacou que será a primeira Conferência Nacional totalmente  
46 virtual. Ponderou que, a depender da situação da pandemia em cada local, os Municípios e Estados  
47 poderão determinar o modelo que entenderem adequado, desde que de forma cautelosa, em acordo  
48 com as orientações sanitárias. Externou que, para o CNAS, a realização da Conferência Nacional  
49 também representa um grande desafio. Saliou que a Conferência possui previsão na Lei  
50 Orgânica, para que ocorra a cada quatro anos, e que muitos Conselhos Estaduais haviam solicitado  
51 a prorrogação para o ano seguinte. Explicou que há orientações aos colegiados de que tal hipótese  
52 não é possível, tendo em vista que a lei não apresenta exceções quanto a não ocorrência da  
53 Conferência, portanto, o CNAS está se organizando para obter de todo território brasileiro, os  
54 anseios dos usuários, trabalhadores, entidades e representações governamentais, sobre a política de  
55 Assistência Social. Acrescentou que no dia anterior, houve encontro com as regiões sul e sudeste, o  
56 qual foi bastante esclarecedor. Por fim, agradeceu a todos pelo trabalho de construção coletiva e  
57 contribuições do processo conferencial. Ato contínuo, após a fala do Presidente do CNAS, a  
58 Conselheira Aline Araújo Silva – Suplente e Representante do Fórum Nacional de Secretários(as)

59 de Estado da Assistência Social – FONSEAS , passou ao **TEMA 1 Apresentação do Informe**  
60 **CNAS nº 01/2021 – Orientações Temáticas e Organizativas para as Conferências Municipais**  
61 **de Assistência Social de 2021. Apresentação resumida dos Eixos da 12ª Conferência Nacional**  
62 **de Assistência Social**, discorrendo sobre os seguintes tópicos: Este documento tem como objetivo  
63 orientar municípios, visando a reflexão e o debate do tema da Conferência: “Assistência Social:  
64 Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e  
65 garantir proteção social”. A Resolução CNAS/MC nº 30, de 12 de março de 2021, que estabelece  
66 normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual,  
67 do Distrito Federal e municipal, define que as conferências municipais de assistência social sejam  
68 realizadas no período de 3 de maio a 31 de agosto de 2021. (...)Considerando a aprovação do II  
69 Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) e a conjuntura atual, o Conselho Nacional de  
70 Assistência Social (CNAS) elege como tema para a Conferência de Assistência Social de 2021  
71 “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar  
72 as desigualdades e garantir proteção social”. Além de reafirmar o papel da Assistência Social como  
73 política garantidora de direitos e da urgente necessidade de dar visibilidade a esta contribuição para  
74 a sociedade brasileira, o tema da Conferência traz os usuários para o centro do debate. Nesse  
75 sentido, a 12ª Conferência Nacional dá continuidade à perspectiva adotada pelo II Plano Decenal de  
76 eleger os usuários, sua realidade de vida, direitos e demandas de acesso, como centro do debate e do  
77 planejamento da política de Assistência Social. De modo a favorecer os debates no processo  
78 conferencial foram organizados 5 Eixos: EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio  
79 da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das  
80 desigualdades. EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de  
81 compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos  
82 socioassistenciais. EIXO 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da  
83 participação dos usuários. EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação  
84 entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e  
85 proteção social. EIXO 5 – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.  
86 INSTRUMENTAL n.01 Registro do processo das Conferências Municipais de Assistência Social  
87 de 2021 APRESENTAÇÃO. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) reconhece nos  
88 processos conferenciais municipais um momento único para o fortalecimento do SUAS. As  
89 Conferências Municipais possibilitam o debate a partir dos municípios, assegurando que o processo

90 conferencial possa refletir a realidade, demandas e expectativas desde as bases. Considerando o  
91 tema "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para  
92 enfrentar as desigualdades e garantir proteção social" e os 5 Eixos estruturados com ementa,  
93 desafios à luz do II Plano Decenal, argumentação, e perguntas norteadoras, as Conferências  
94 Municipais devem ser realizadas a partir das seguintes etapas: Abertura e aprovação do Regimento  
95 Interno: Momento no qual será definido o desenvolvimento dos trabalhos da Conferência  
96 Municipal. Palestras/Painéis sobre o tema e os 5 Eixos: Exposição sobre o tema: "Assistência  
97 Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as  
98 desigualdades e garantir proteção social" e apresentação dos 5 Eixos, considerando a ementa,  
99 desafios à luz do II Plano Decenal, argumentação, e perguntas norteadoras. • Grupos de Trabalho  
100 por Eixo: A partir da realidade de cada município, orienta-se que os participantes sejam  
101 subdivididos em Grupos de Trabalho, de modo que cada grupo discuta um dos 5 Eixos. Deve-se  
102 assegurar que todos os Eixos sejam discutidos por, pelo menos, 1 Grupo de Trabalho. Previsão, ao  
103 final da programação da conferência, do momento de escolha dos delegados para a Conferência  
104 Estadual. Plenária Final/Deliberações a partir das prioridades definidas pelos Grupos de Trabalho.  
105 A Plenária Final das Conferências Municipais deve resultar em um conjunto de no máximo: 10  
106 deliberações para o próprio município; 5 deliberações para o Estado; 5 deliberações para União.  
107 INSTRUMENTAL n.01. I – Informações Gerais sobre a Conferência Municipal de Assistência  
108 Social. Nome do Município: Nome completo do município por extenso. UF: Unidade da federação  
109 a que pertence o município. Código IBGE: Código Identificador segundo o IBGE. Porte do  
110 Município: Porte conforme definidos na Política Nacional de Assistência Social (Pequeno I,  
111 Pequeno II, Médio, Grande, Metrópole). Identificação da Conferência: Número sequencial da  
112 Conferência. (Considerado relevante para registrar quantas Conferências já foram realizadas no  
113 município). Data de Início: Indicar o dia de início da Conferência, sem considerar os momentos  
114 preparatórios. Data de Término: Indicar o dia de término da conferência. Total de horas de  
115 realização: Indicar o quantitativo de horas total destinadas aos trabalhos da Conferência,  
116 considerando os dias de sua realização. Para este quantitativo não considerar os momentos  
117 preparatórios e não considerar os horários de intervalo para almoço durante a Conferência. Local de  
118 realização: Indicar o endereço do local de realização da Conferência Municipal ou se foi virtual  
119 Número total de participantes: Registrar total de participantes presentes na Conferência  
120 independente do segmento, considerando aqueles que participaram da sua realização e Atividades.

121 II – Quantitativo de delegados da Conferência Municipal de Assistência Social por categoria. III –  
122 Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Municipal de  
123 Assistência Social. IV – Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência  
124 Municipal de Assistência Social. V – Quantidade de pessoas que participaram dos Eventos de  
125 Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social. VI –  
126 Ato de Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social. VII – Programação da  
127 Conferência Municipal de Assistência Social. VIII – Registro dos resultados dos Grupos de  
128 Trabalho na Conferência Municipal de Assistência Social. Em seguida a Coordenadora Solange  
129 Teixeira questionou aos Conselheiros sobre a existência de dúvidas relativas ao Informe CNAS nº  
130 01, contudo não houve manifestações neste sentido. Abrindo para os **Informes sobre o processo**  
131 **conferencial nos Estados e Municípios**, a Conselheira Maria Tereza De Araújo Serra CEAS/CE  
132 informou que o CEAS/CE realizou duas reuniões descentralizadas e ampliadas com os Conselhos  
133 Municipais de Assistência Social, acrescentou que na primeira reunião abordou a temática central  
134 da Conferência, resultando em encaminhamentos. Comunicou que na segunda reunião houve  
135 discussões relativas aos Informes CNAS nº 01 e 02, para que houvesse a devida orientação quanto  
136 aos processos conferenciais virtuais. Discorreu que houve deliberação no sentido de que os  
137 trabalhos serão realizados com base no porte do Município, considerando a plataforma virtual a ser  
138 utilizada, como serão as salas para reunião e discussão dos Eixos. Registrou que o CEAS/CE propôs  
139 a elaboração de pequenos textos e vídeos sobre os Eixos a serem apresentados nos grupos de  
140 trabalho. Comunicou que o Estado do Ceará conseguiu plataforma que comporta o uso de três mil  
141 participantes, com opção de salas para reuniões e para credenciamento. Externou sua preocupação  
142 em relação aos Municípios, requereu assistência do CNAS, uma vez que existe certa resistência dos  
143 Municípios de pequeno porte 1, especialmente pelo fato de que não possuem condições de acesso à  
144 *internet* de qualidade o que conseqüentemente torna-se um obstáculo de acesso à plataforma.  
145 Questionou como seria possível auxiliar os Municípios de pequeno porte 1 (um) e 2 (dois), nas  
146 questões relacionadas as conferências virtuais, uma vez que não apenas os Municípios do Ceará  
147 enfrentam os problemas expostos, como também, grande parte do Brasil. A Conselheira Maria  
148 Dalva Vieira CEAS/RN, informou que serão realizados encontros preparatórios no Rio Grande do  
149 Norte, que o Conselho programou dois encontros para os 167 (cento e sessenta e sete) Municípios,  
150 divididos em dois grupos, sendo o primeiro no dia 28 de maio de 2021 e o outro será realizado no  
151 dia 04 de junho de 2021, com a participação apenas do CEAS e do Gestor, com o intuito de

152 encontrar solução e suporte relativo a dificuldade relacionada ao uso da *internet* que os Municípios  
153 enfrentam. Afirmou que existem Municípios que já realizaram suas Conferências. Complementou  
154 que houve a divisão em dois grupos considerando que o CEAS/RN não possui Plataforma digital  
155 que comporte todas as pessoas de uma só vez. Relatou que os Conselheiros estão se  
156 responsabilizando para assumirem cada um dos Eixos. Salientou que mesmo ante a todas as  
157 dificuldades existe grandiosa vontade de realização das Conferências e que acredita que esse  
158 processo é importante para fortalecer os Municípios. Questionada pela Coordenadora Solange  
159 Teixeira se todos os encontros seriam feitos de forma virtual, a Conselheira Maria Dalva Vieira  
160 confirmou que até o presente momento todos os encontros seriam virtuais. A Conselheira Rafaela  
161 Karla Nascimento - CEAS/AL, informou que o CEAS/AL promoveu, no dia 19 de maio de 2021,  
162 reunião com os 102 (cento e dois) Municípios para dialogar sobre a Conferência, momento em que  
163 foi apresentado os Informes do CNAS. Relatou que anteriormente, foram realizados diálogos com o  
164 CONGEMAS com a participação de dois representantes do Conselho, do Secretário Executivo, e o  
165 gestor da Política de Assistência Social no Município. Destacou a importância das conversas com  
166 os gestores, visando a viabilização para realização das Conferências. Discorreu que alguns  
167 Municípios questionaram sobre qual seria a sanção em caso de não realização da Conferência, e  
168 outros, demonstraram a preocupação a respeito da realização das Conferências nos moldes virtuais,  
169 com vistas as dificuldades de acesso e conexão com a *Internet*. Compreendeu que as reuniões foram  
170 frutíferas no sentido de tranquilizar os Municípios e demonstrar a possibilidade de laboração das  
171 Conferências. Lembrou que os representantes de Maceió indicaram que utilizarão pontos de apoio  
172 objetivando facilitar a adesão do público usuário da Política de Assistência Social. Salientou que o  
173 CEAS/RN recomendou que Conferências de Assistência Social sejam realizadas de forma virtual,  
174 porém alguns Municípios de pequeno porte 1 (um), estão enfrentando dificuldades nesse sentido,  
175 por esse motivo, não há certeza sobre o formato das Conferências, contudo asseverou que a maioria  
176 dos Municípios confirmaram que irão realizar suas Conferências. A Presidente do CEAS/PI  
177 Luciana Evangelista Fernandes, comunicou que ocorreram encontros com os Municípios e os  
178 gestores, em dois momentos distintos, no primeiro encontro o CEAS/PI requisitou a participação de  
179 todos os Conselhos Municipais, Representantes dos Usuários e Gestores, que ocorreu no dia 29 de  
180 abril de 2021. Registrou que a Secretaria Estadual de Assistência Social se reuniu com os gestores,  
181 com vistas a discorrer sobre a importância das realizações das Conferências nos Municípios,  
182 aspirando a promoção da participação e maior acessibilidade a todos. Ponderou que os Informes do

183 CEAS/PI ainda não foram veiculados, porém há um Informe elaborado, apenas aguardando  
184 finalização referentes a detalhes de apresentação. Acrescentou que o CEAS/PI optou pela realização  
185 integral da Conferência Estadual de forma virtual, no entanto, alguns Municípios informaram que  
186 realizarão suas Conferências no formato presencial, seguindo as devidas orientações sanitárias,  
187 porém, acrescentou que a maioria dos Municípios optaram pela execução das Conferências no  
188 formato virtual. Externou que o CEAS/PI está estudando a possibilidade de inserção de maior  
189 número de Conselheiros, Usuários, Trabalhadores do SUAS, tanto para aqueles próximos a Capital  
190 quanto para aqueles que estão no interior do Estado e que apresentam maior dificuldade com o  
191 acesso à *internet*. Exemplificou sobre ações realizadas na área da educação, como a distribuição de  
192 *chips*, estão sendo estudada pelo CEAS/PI para viabilização na área da Assistência Social para o  
193 período da Conferência. A Conselheira Adriana Lohanna CEAS/SE informou que no atual  
194 momento encontram-se discutindo sobre o processo conferencial. Salientou que gostaria de maiores  
195 informações sobre a Plataforma digital que será utilizada pelo CEAS/CE. Relatou que o CEAS/SE  
196 vem enfrentando dificuldade de encontrar Plataforma que seja capaz de englobar a Conferência de  
197 um modo geral e as salas para discursão dos Eixos. Comunicou que a Conferência será feita de  
198 forma integralmente virtual nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, que, em breve, ocorrerá reunião  
199 ampliada com os Municípios. Manifestou-se sobre as mesmas dificuldades que muitos Municípios  
200 enfrentam com o acesso à *internet*, que essa dificuldade perpassa não apenas para as Conferências  
201 Municipais, como também pode inviabilizar a participação dos Municípios na Conferência  
202 Estadual. Explanou que após as Conferência Municipais serão discutidos como as pessoas poderão  
203 participar da Conferência Estadual, inclusive com a mobilização de possíveis parceiros para auxiliar  
204 essa participação. A Conselheira Katia Ferreira CEAS/SE complementou que no dia 27 de maio de  
205 2021, será apresentado o Informe do CEAS/SE aos Conselhos Municipais, e que estes, estão  
206 requerendo palestrantes para colaborar com as Conferencias. O Presidente CEAS/PE Joelson  
207 Rodrigues Reis e Silva relatou que houve a convocação para a Conferência Estadual Virtual, que  
208 encontra-se prevista para outubro de 2021. Informou que foi elaborado o Informe próprio do  
209 Conselho Estadual, considerando as particularidades do Estado de Pernambuco, compreendendo as  
210 orientações, sugestões e recomendações para os Municípios. Comunicou que o CEAS/PE se reuniu  
211 com os gestores, e que a referida reunião foi disponibilizada na plataforma *Youtube* para  
212 Conselheiros que não puderam participar. Externou que ainda não houve a contratação da  
213 Plataforma digital a ser utilizada na conferência, ressaltou que o CEAS/PE busca uma plataforma

214 que compreenda, salas de estudo, registro de presença e meios de votação. Registrou que muitos  
215 Municípios estão sem recursos financeiros para a execução das Conferências, e muitos Municípios  
216 de área rural não possuem acesso à *internet*. Salientou que o CEAS/PE tem buscado meios de  
217 assessorar os Municípios, inclusive com a Secretaria Estadual de Educação, visando verificar a  
218 possibilidade de disponibilização dos laboratórios de informática das redes escolares. A Conselheira  
219 Marília Machado CEAS/BA informou que a Comissão Organizadora está formada, e vem  
220 realizando reuniões abrangendo tanto o processo Conferencial do Estado, bem como oferecendo  
221 suporte aos Municípios. Comunicou que a o CEAS/BA pretende realizar sua conferência ao final de  
222 outubro de forma integralmente virtual. Acrescentou que o CEAS/PE está elaborando material  
223 orientador, o qual será apresentado através de uma *live*, a ser apresentada na semana seguinte.  
224 Registrou que houve diálogos com o CONGEMAS/BA e também com Conselhos Municipais, que a  
225 orientação do CEAS/BA é no sentido de que as Conferências Municipais também sejam realizadas  
226 virtualmente, contudo entende que os Municípios possuem autonomia para decidir o formato, desde  
227 que atendam aos cuidados sanitários, especialmente devido ao fato de que o Estado está enfrentando  
228 uma fase muito difícil em relação a pandemia, inclusive com a ocorrência de lotação dos leitos  
229 hospitalares. Destacou algumas estratégias para facilitar a execução das Conferências, como por  
230 exemplo parcerias com sistemas de radiodifusão para facilitar o acesso às informações,  
231 especialmente para populações sem acesso à *internet*. Destacou que a Comissão Organizadora  
232 possui canal de comunicação com os Municípios e está elaborando o processo Conferencial sempre  
233 em parceria com os Municípios baianos, que os Conselheiros usarão *chips* com *internet* para manter  
234 a conexão mesmo se houver problemas no *WiFi*. Após as manifestações dos Conselheiros  
235 Estaduais, a Conselheira Edna Aparecida Alegro – 3ª Titular e Representante da Federação  
236 Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, apresentou o **TEMA 2 Apresentação**  
237 **do informe CNAS nº 02/2021 – Recomendações aos Conselhos para garantir Participação e**  
238 **Acessibilidade nas Conferências De Assistência Social. Desafios de participação dos delegados**  
239 **no processo conferencial no contexto Pandêmico nos formatos presenciais e híbridos. Análise**  
240 **com base em dados recentes a respeito dos riscos envolvidos na realização de conferências de**  
241 **assistência social nos formatos presenciais e híbridos**, apresentando os seguintes tópicos:  
242 Obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual para os participantes (respeitando a  
243 dispensa imposta em Lei; Obrigatoriedade de aferição da temperatura; Obrigatoriedade do  
244 distanciamento de no mínimo de 1,5m, entre os participantes; Obrigatoriedade da higienização e

245 sanitização dos espaços, equipamentos, objetos e superfícies a serem utilizados; Obrigatoriedade de  
246 disponibilizar álcool 70° em gel para a higienização constante, das mãos; 1. Atendimento  
247 Prioritário. 2. Acessibilidade (No caso de evento presencial) 2.1. Local do Evento: Banheiro;  
248 elevador; telefone; credenciamento, rampas, ilha de informática, auditório e salas, refeitórios.  
249 Estacionamento. 2.2 Sinalização. 3. Suporte Operacional. 4. Transporte. 5. Informação e  
250 Comunicação. 5.1. Material impresso. 5.2. Apresentação de materiais com imagens ou som – DVD  
251 no evento. Orientações à Comissão Organizadora quanto às Palestras Durante a Conferência. Após  
252 a apresentação do Informe CNAS nº 02, a Coordenadora Solange Teixeira abriu para debates. O  
253 Conselheiro Vanilson Torres – Movimento Nacional de População de Rua/RN, após realizar sua  
254 autodescrição, observou a existência de algumas palavras de difícil compreensão presente nos  
255 Informes, como “gênese” e “intrinsecamente”. Ressaltou sobre a importância do uso da linguagem  
256 popular e acessível à população, tendo em vista que a educação básica e de qualidade é uma  
257 realidade muito distante para a maioria da população brasileira. Informou que houve eleição na data  
258 anterior, para o CMAS/Natal, e que pela primeira vez houve a inscrição de quatro usuários e  
259 usuárias. Explanou sobre a dificuldade de acesso aos meios digitais, não apenas para os usuários,  
260 mas para várias pessoas. Quanto a conduta de segurança biológicas descritas no Informe, lembrou  
261 que há negligência por grande parte da população quanto ao uso de máscaras, considerou  
262 importante que o parágrafo 7º do artigo 3º da lei 14.019, de 02 de julho de 2020, seja exibido em  
263 todos os espaços afim de proporcionar clareza de que o uso de máscara deve ser constante, e não  
264 apenas quando não houver o distanciamento social. A Secretária Executiva do CEAS/CE Maria  
265 Tereza de Araújo Serra, destacou que a autodescrição não é apenas importante para as Conferências  
266 Virtuais, mas que perpassa por todos os formatos de reuniões, por esse motivo a Secretaria da  
267 Proteção Social do Estado do Ceará contratou quatro profissionais de libras, para que possam estar  
268 presentes em todos os eventos virtuais. Comunicou que o CEAS/CE solicitou aos Conselhos  
269 Municipais que procurem parcerias com as Secretarias Municipais de Educação, pois há espaço e  
270 *internet* nas escolas, além de diálogos com os gestores para disponibilização de espaços.  
271 Acrescentou que para tais parcerias o CEAS/CE tem recebido o apoio do CONGEMAS/CE. A  
272 Conselheira Edna Aparecida Alegro concordou com o Conselheiro Vanilson Torres, informou que o  
273 Informe será alterado para linguagem mais acessível. Ponderou que a política de Assistência Social  
274 deve englobar a acessibilidade não apenas aos deficientes, como também para pessoas que possuem  
275 vulnerabilidades educacionais de acesso a instrumentos digitais passíveis de impedi-las a

276 participação em determinadas situação, locais ou aplicativos. Saliou sobre a importância de  
277 sempre haver autodescrição. A Coordenadora Solange Teixeira ressaltou a importância do discurso  
278 do Conselheiro Vanilson Torres, especialmente sobre a autodescrição, reafirmou sobre a  
279 necessidade de incorporar essa prática em todas as falas nas reuniões. A Conselheira Luziana C. de  
280 Albuquerque Maranhão CEAS/PE, sugeriu a realização de um vídeo orientador tratando sobre a  
281 acessibilidade para disponibilização a todos os Conselheiros, reforçando o exercício da  
282 autodescrição durante as Conferências. A Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos  
283 Graziela Santos realizou as leituras dos comentários no *Youtube*, com os seguintes conteúdos: Diane  
284 Nunes CMAS/Recife: informou que o CMAS possui canal no *Youtube*, e que estão elaborando  
285 páginas nas redes sociais como *facebook* e *instagram* para divulgação das datas relacionadas as pré-  
286 Conferências que serão realizadas, no horário da tarde de forma virtual e também no formato  
287 presencial nos espaços onde se realizam os serviços socioassistenciais para alguns usuários,  
288 respeitando todos os protocolos de segurança. A Conselheira Nacional Edna Aparecida Alegro  
289 sugeriu que a partir do presente momento todos realizassem suas respectivas autodescrições. Por  
290 sua vez a Coordenadora Solange Teixeira se autodescreveu, informou ter 68 anos, cabelos curtos  
291 totalmente grisalhos, que está usando óculos. Acrescentou que encontrasse usando batom e brincos,  
292 que sua blusa é de cor preta e branca, quanto ao local, informou estar em um ambiente de cor  
293 branca, armários ao fundo e janelas laterais. Em seguida os Conselheiros e Conselheiras Edna  
294 Aparecida Alegro, Luís Narciso Coelho de Oliveira, Márcia Maria de Sá, Maria Rose Jane Ribeiro  
295 Albuquerque, Maria Dalva Vieira, Marília Machado, Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho,  
296 Kamyille de Moraes Guanabara, Marta Alves de Souza, Kátia Ferreira, Rafaela Karla Nascimento,  
297 Rafaela Karla Nascimento, Luziana C. De Albuquerque Maranhão, Valdeníria, Maria Guadalupe de  
298 Araújo e a Secretária Executiva CEAS/CE Maria Tereza de Araújo Serra, realizaram suas  
299 respectivas autodescrições. Em sequência a Coordenadora Solange Teixeira informou que não  
300 poderá estar presente no período da tarde. Registrou que o Conselho Nacional de Assistência Social  
301 conchama a todos para realização e participação na Conferência Nacional, pois é através da  
302 Conferência que há o aprimoramento da Política da Assistência Social, a qual possui tamanho  
303 impacto na vida de muitas pessoas. Agradeceu a presença e participação de todos, convidando-os a  
304 retornarem no período da tarde. Reiniciando a reunião no período da tarde sob a Coordenação do  
305 Conselheiro Nacional Becchara Rodrigues de Miranda - Representante do Ministério da Cidadania,  
306 esclareceu que não há necessidade de verificação de quórum, que também ocorre a transmissão da

307 presente reunião pelo *Youtube*. Realizou sua breve autodescrição, discorreu inicialmente sobre o  
308 avanço tecnológico e seu potencial para o auxílio nos trabalhos e agilização das comunicações.  
309 Ponderou, que o ideal seria se houvesse preparação anterior para o uso dos meios digitais, contudo  
310 devido ao período da pandemia, não houve preparação prévia para o processo conferencial no  
311 formato virtual. Externou que justamente por esse motivo se faz necessário maior esforço para  
312 mitigar todas possibilidades para a realização da Conferência. O Conselheiro Vanilson Torres,  
313 lembrou sobre a importância da igualdade de gêneros no uso da linguagem, sugeriu que sempre  
314 sejam utilizados os vocacionais “Conselheiros” e “Conselheiras”. Após o exposto, o Coordenador  
315 Becchara Rodrigues de Miranda cedeu a palavra para o Secretário-Executivo do CONANDA Lucas  
316 Pinheiro para apresentação do **Tema 3 Desafio de participação dos usuários no processo**  
317 **conferencial em formatos virtuais. Análise tecnológica das possibilidades e estratégias de uso**  
318 **de plataformas que garantam acesso dos usuários em conferências virtuais**, o qual explanou  
319 que a participação social é o pilar de todas as Conferências, tendo em vista que se trata de espaço  
320 propício para o encontro da Sociedade Civil com o Governo, possibilitando influenciar a agenda do  
321 gestor. Discorreu que as demandas do governo, podem ser consideradas como demandas  
322 reprimidas, novas ou recorrentes, e o que a Sociedade Civil objetiva trabalhar as demandas  
323 reprimidas, ou seja, demandas que são anseios sociais, contudo não fazem parte da agenda  
324 governamental, e que a Política de Assistência Social instiga os gestores a incluí-las na agenda. Por  
325 esse motivo, ressaltou sobre a importância da Conferência para que a participação social aconteça.  
326 Informou que Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA realizou sua 11ª  
327 Conferência Nacional, considerou o feito como resultado de um conjunto de entes, ou seja, a  
328 metodologia da Conferência foi elaborada pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais -  
329 FLACSO, por meio de carta-acordo de cooperação internacional, juntamente com o Programa das  
330 Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD das Nações Unidas, Ministério da Mulher, da  
331 Família e dos Direitos Humanos e o CONANDA. Em seguida o Secretário-Executivo do  
332 CONANDA Lucas Pinheiro realizou a sua autodescrição, e iniciou apresentação abrangendo os  
333 seguintes tópicos: Definição da modalidade para realização da etapa nacional. Recomendação da  
334 Comissão Organizadora para 287ª Assembleia do Conanda. Ambiente Virtual para realização da  
335 etapa Nacional da XI CNDCA. Participantes; Infraestrutura; Metodologia. Questões: Ineditismo.  
336 Garantia da Participação real no debate e aprovação das propostas, com interação entre  
337 participantes. Licitação - como não são muitas empresas que tem capacidade de atender essa

338 demanda, checar como ficaria o processo licitatório. Checar prazo para criação do ambiente virtual  
339 e customização das ferramentas. Entraves tecnológicos: acesso à *internet* banda larga pelos  
340 participantes, equipamentos adequados para acesso e participação e acessibilidade. Conferência  
341 virtual - principais adaptações: Desenvolvimento de ambiente virtual; até 2h por atividade; Apenas  
342 uma atividade por dia; Processos com período estendido; Licitação diferenciada ou  
343 desenvolvimento interno (governo). Informou que o Ministério realizou a elaboração. Necessidades  
344 do Ambiente virtual de participação: Observações gerais: Compatibilidade de programação, LGPD,  
345 compatível as necessidades metodológicas. Acesso por demanda. Transmissão, interação e votação  
346 integradas. Acessibilidade e Personalização. Sobre o acesso: 1. Ampla capacidade; 2. Acesso  
347 restrito e seguro; 3. Contagem de acesso. Transmissão, interação e votação: 4. Transmissões ao vivo  
348 e simultâneas; 5. Interação; 6. Fórum de propostas; 7. Votação restrita. Acessibilidade: 8. Legenda;  
349 9. Libras; 10. Autodescrição e 11. Design intuitivo e acessível. Personalização: identidade visual;  
350 *Uploud* de mídias restrito; Personalização do participante. Observações gerais: Compatibilidade de  
351 programação; Lei geral de proteção de dados (LGPD) e Compatibilidade às necessidades  
352 metodológicas. Ficha de inscrição dos Delegados: Contribuições para ficha de inscrição pelos  
353 integrantes da Comissão Organizadora e da Subcomissão de metodologia e relatoria; reunião da  
354 Comissão Organizadora e da Subcomissão de Metodologia e Relatoria para fechar a ficha de  
355 inscrição; envio da ficha para os delegados e delegadas para os Conselhos Estaduais enviassem  
356 para os Conselhos Municipais; Retorno das fichas. Ficha de inscrição encontrada no endereço  
357 eletrônico: [cndca.mdh.gov.br/inscricao](http://cndca.mdh.gov.br/inscricao). Regimento Interno da XI Conferência Nacional das  
358 Crianças e dos Adolescentes: Prazo para envio das contribuições (Comissão Organizadora e  
359 Subcomissão de Metodologia); Reunião (Comissão Organizadora e Subcomissão de Metodologia)  
360 para validação do texto organizado; Período de consulta pública; Reunião da Comissão  
361 Organizadora e Subcomissão de Metodologia para validar o regimento sistematizado; Assembleia  
362 do CONANDA para aprovação do Regimento e envio aos participantes. Definição dos Delegados e  
363 Delegadas natos (as), convidados (as) e observadores. Orientação sobre a metodologia e  
364 participação na Etapa Nacional: Credenciamento de participantes: Abertura da Conferência e  
365 pronunciamento de autoridades e Palestra Magna. Mesas de exposição: Eixos I, II e III. Mesas de  
366 Exposição: Eixos IV e V. Primeiro momento do Fórum de Propostas - Apresentação de emendas às  
367 propostas sistematizadas, aberto entre 18h do dia 28/NOV E 18H DO DA 30/NOV. Segundo  
368 momento do Fórum de Propostas - votação das propostas pelos (as) delegados (as) do Eixo, aberto

369 entre 9h do dia 04/DEZ e 18h do dia 9/DEZ. Atividade de encerramento da Conferência; Leitura  
370 das propostas priorizadas por Eixo; Leitura de ementas das moções aprovadas; Pronunciamento de  
371 Autoridades e Atividade cultural alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. O ambiente  
372 virtual da etapa nacional pode ser acessado no link: [cndca.mdh.gov.br](http://cndca.mdh.gov.br), com a possibilidade de:  
373 Assistir às transmissões: Atividades de abertura, Plenária final e Encerramento e Palestra Magna e  
374 Palestras de Eixos; Participar dos Fóruns de Propostas: 1, 2 3 momento; Visualizar as orientações  
375 para submissão das moções e votá-las; Interagir com outros participantes por meio das salas de  
376 *chat*. Transmissões: Além das atividades de abertura e encerramento, serão transmitidas no  
377 ambiente virtual a Palestra Magna, meios de exposição sobre os Eixos e a atividade cultural alusiva  
378 ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Participantes da Conferência poderão interagir por  
379 meio da caixa de *chat* durante as transmissões no ambiente virtual. Durante as palestras Magna e de  
380 Eixos algumas das perguntas fitas nas caixas de *chat* poderão ser lidas pelo (a) coordenador (a) da  
381 mesa. O acesso às salas de transmissão pode se dar pelo Ambiente Virtual, *Youtube* e *Facebook*, no  
382 entanto, se recomendou o acesso pelo Ambiente Virtual para ter acesso ao *chat* exclusivo entre  
383 participantes da Conferência. Credenciamento: Iniciou-se no período de 15 a 20 de novembro até  
384 24/NOV até às 18h; Na ausência dos titulares os suplentes foram credenciados na mesma  
385 plataforma até o dia 24 de novembro de 2020. Sobre a interação foram criadas salas por segmento e  
386 salas por região. Sobre a submissão de moções por meio da Plataforma Virtual, desde o primeiro dia  
387 da conferência até às 18h00 do dia 08 de dezembro de 2020. Orientações para a submissão: Envio  
388 de *e-mail* para a Secretaria Executiva do CONANDA. Fóruns de Propostas foram distribuídos por  
389 Eixos de 01 a 05. Termos ofensivos e discriminatórios não foram permitidos. Ao final realizou  
390 *login* e demonstrou a estrutura da Plataforma Virtual utilizada na 11ª Conferência Nacional dos  
391 Direitos da Criança e do Adolescente. Após a apresentação, o Coordenador Becchara Rodrigues de  
392 Miranda destacou que a 11ª Conferência Nacional Virtual do Direitos da Criança e do Adolescente  
393 consta como a experiência mais exitosa em relação ao uso dos meios digitais para realização do  
394 evento virtualmente. Em seguida, abrindo para debates o Conselheiro Vanilson Torres agradeceu o  
395 Secretário-Executivo do CONANDA Lucas Pinheiro pela explanação, e o questionou se havia  
396 limites de inscrições por Eixos, e em caso positivo se houveram Eixos com poucos ou nenhum  
397 participante. Indagou também, se a interação foi feita apenas por meio de *chat* e se não houve  
398 microfone aberto durante a Conferência. O Conselheiro Rodrigo Xavier - Presidente do CMAS  
399 Natal/RN cumprimentou a todos e justificou sua ausência no período da manhã, e questionou o

400 convidado sobre a qualidade das propostas aprovadas na 11ª Conferência Nacional Virtual do  
401 Direitos da Criança e do Adolescente, perguntou também, como foi o engajamento dos Delegados  
402 na modalidade virtual, se houve disponibilização de linha telefônica em caso de necessidade de  
403 sanar dúvidas por esse meio, arguiu se o material apresentado encontra-se disponível para consulta.  
404 Em sequência o Secretário-Executivo do CONANDA Lucas Pinheiro explicou que houveram Eixos  
405 com maior procura por parte dos Delegados, enquanto outros a procura foi significativamente  
406 menor, portanto houve limitação quanto ao número de participantes para cada Eixo. Explicou que  
407 ocorreu estudo da possibilidade de se realizar os debates com microfone e câmeras abertos,  
408 contudo, concluiu-se que seria tecnicamente inviável, com vistas ao grande número de pessoas (840  
409 Delegados) na mesma tela, portanto a interação via *chat* através da Plataforma demonstrou ser o  
410 melhor meio, uma vez que não tolhia a participação de nenhuma pessoa e ao mesmo tempo  
411 proporcionou a interação entre os participantes, os quais, não tiveram prejuízo visual quanto a  
412 transmissão das palestras e falas de debatedores. Informou que a participação na Conferência  
413 Virtual foi 75% (setenta e cinco por cento) maior do que a Conferência anterior, acrescentou que as  
414 propostas apresentaram profundidade e qualidade. Ilustrou proposta aprovada no Eixo I contendo  
415 dispositivos de lei e detalhada de forma consistente. Registrou que a Escola Nacional dos Direitos  
416 da Criança e do Adolescente está disponibilizando curso online e gratuitamente para os  
417 trabalhadores da política de Assistência Social visando formação na área dos direitos das crianças e  
418 adolescentes. Retornando a questão da densidade das propostas, ponderou que, conforme  
419 demonstrado, não houve prejuízo para a qualidade das proposituras. Esclareceu que foram  
420 disponibilizados canais de comunicação por meio do *site*, que atendia a dúvidas exclusivas sobre a  
421 Conferência, e durante a Conferência havia um canal exclusivo para as pessoas que necessitavam de  
422 apoio e suporte em questões relacionadas a acessibilidade, além de disponibilização de linha  
423 telefônica e *Whatszapp* da Secretaria Executiva do CONANDA. Comunicou que o material sobre a  
424 Conferência Virtual apresentado está disponível do site do CONANDA. O Conselheiro Rodrigo  
425 Xavier indagou ao convidado se existia algum relato de experiência advinda de Conferência  
426 Municipal. O Secretário-Executivo do CONANDA Lucas Pinheiro relatou a existência de  
427 experiência de Conferência Virtual Estadual, contudo, até o presente momento não havia no âmbito  
428 Municipal, acrescentou, todavia, que o CONANDA tem auxiliado os Municípios nesse sentido. A  
429 Conselheira Marília Machado inferiu que as dificuldades de acesso à *internet* reduzem e fragilizam  
430 a participação do Delegado ainda na etapa Municipal, o que faz com que também deixe de

431 participar das etapas Estaduais e Nacional. O convidado Secretário-Executivo do CONANDA  
432 Lucas Pinheiro salientou que a política de Direitos da Criança e do Adolescente também envolve  
433 pessoas em situação de vulnerabilidade, por esse motivo, na ficha de inscrição a pessoa devia  
434 informar se possuía acesso à *internet*. Informou que solicitou apoio do Conselho Estadual, para  
435 realizar mapeamento, especialmente dos Delegados, das pessoas que não possuem acesso à *internet*,  
436 como forma de elaboração de apoio dirigido a essas pessoas, inclusive para o preenchimento da  
437 ficha de inscrição. Acrescentou que a *internet* se tornou um instrumento importante essencial para a  
438 participação social, e deste modo, faz parte da própria política identificar as pessoas que não  
439 possuem mecanismos de acesso para essa participação, e assegurar-lhes o acesso. A Conselheira  
440 Marília Machado questionou se o debate via *chat* recebeu alguma moderação de modo a dar voz  
441 para os Delegados que estavam interagindo no texto dentro de outros grupos. O Conselheiro  
442 Vanilson Torres indagou se dentre os 800 (oitocentos) participantes a paridade foi observada. O  
443 Coordenador Becchara Rodrigues de Miranda elencou comentário do *Youtube* a respeito de que o  
444 *chat* não atenderia a necessidade da Assistência Social. Em resposta ao comentário, esclareceu que  
445 ainda que o modelo utilizado na Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente esteja sendo  
446 apresentado, não necessariamente será aplicado a Conferência Nacional de Assistência Social em  
447 sua totalidade, porém, salientou que é importante atentar-se para a dificuldade de interação via  
448 vídeo e voz, em reuniões com maior número de pessoas. O convidado Secretário-Executivo do  
449 CONANDA Lucas Pinheiro, explicou que a questão relacionada ao uso do *chat*, foi bastante  
450 debatida no âmbito do CONANDA, e que sempre houve a preocupação de ampliação do debate  
451 democrático. Ponderou que o estudo foi um comparativo no sentido de que se fosse uma  
452 Conferência presencial existiria um palco, aproximadamente 800 cadeiras para as pessoas  
453 assistirem, que foi essa simulação feita, onde o palco seria a janela de transmissão ao vivo, e as  
454 demais pessoas seriam a plateia e os fóruns seriam referentes as salas de discussão separada por  
455 temas. Explanou que a buscou-se o respeito a paridade, primeiramente no que se refere ao gênero,  
456 em seguida de representação do Governo e Sociedade Civil, que esta última paridade foi mais difícil  
457 de se manter, tendo em vista que os Conselhos Estaduais foram responsáveis pelas indicações dos  
458 Delegados. Complementou que houve moderador nos *chats*, que a maioria das perguntas e  
459 comentários foram lidos, inclusive de forma paritária. Concordou que o ideal seria que as pessoas  
460 tivessem o direito a voz, porém entende ser possível nas Conferência com formatos presenciais, que  
461 o uso exclusivo do *chat* se trata de uma adequação devido a pandemia, já que o sistema digital não

462 suporta a participação em voz e vídeo de inúmeras pessoas utilizando diferentes conexões de  
463 *internet* ao mesmo tempo, complementou sobre a possibilidade de divisão de grupos menores, e que  
464 o Conselho entendeu não ser interessante para o contexto de Conferência Nacional, uma vez que  
465 diminuiria a interação entre os participantes. O Coordenador Becchara Rodrigues de Miranda  
466 questionou como se deu o processo relacionado as vagas remanescentes. O Secretário-Executivo do  
467 CONANDA Lucas Pinheiro informou que a Plataforma seria para o uso de 1.200 pessoas, com o  
468 seguinte cálculo: total de 900 Delegados possíveis, sendo os demais convidados e observadores,  
469 equipe de apoio e organização do evento, sendo 854 Delegados, contudo o total de participação no  
470 ambiente da Plataforma foram 1.108 participantes. O Conselheiro Vanilson Torres ressaltou que os  
471 Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, não possuem, em grande parte, estrutura  
472 financeira, física e tecnológica para mapear e apoiar as pessoas que não possuem acesso à *internet*,  
473 especialmente os Usuários da Política de Assistência Social. Questionou ao CNAS se haverá apoio  
474 Federal para a participação de usuários e usuárias ou outros Delegados e Delegadas que não tenham  
475 condições de acesso à tecnologia. O Coordenador Becchara Rodrigues de Miranda esclareceu que  
476 na 8ª Conferência Nacional foi deliberado pelo custeio, pelo Governo Federal, da participação dos  
477 Delegados nas Conferências, tanto representantes da Sociedade Civil como representantes de  
478 Governo, o que vinha sendo aplicado para a Conferência Nacional presencial, compreendendo  
479 hospedagem, alimentação e traslado no âmbito da cidade de Brasília, com exceção referente ao  
480 deslocamento do domicílio do Conselheiro para Brasília, no qual se dava, em regra, junto aos  
481 Conselhos Estaduais. Considerando o formato digital da Conferência a ser realizada, afirmou que,  
482 identificados os Delegados com dificuldade de acesso à *internet* o Governo Federal deverá arcar  
483 com o suporte, complementou que o CNAS se encontra ciente dessa situação, considerando que as  
484 normas determinam a responsabilidade da gestão quanto ao controle social. O Secretário-Executivo  
485 do CONANDA Lucas Pinheiro confirmou a colocação do Coordenador Becchara Rodrigues de  
486 Miranda, no sentido de que o governo tem a responsabilidade de garantir o funcionamento do  
487 Conselho. Informou que em relação a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do  
488 Adolescente o Conselho aprovou recurso advindo do fundo dos direitos da criança e adolescente  
489 para aquisição de equipamentos para crianças e adolescentes que participaram como Delegados.  
490 Destacou que o Fundo não representa verba discricionária do Ministério, e figura como mecanismo  
491 para que o controle social ocorra. O Coordenador Becchara Rodrigues de Miranda concluiu que  
492 ocorrerá adequação, uma vez que não há gastos físicos de hospedagem e alimentação, os recursos

493 serão utilizados para garantir a participação por meio virtual. Em seguida apresentou ao convidado  
494 questões advindas dos *chats* e comentários do *Youtube*, sobre os custos da Conferência, salientou  
495 contudo que, acredita que o orçamento utilizado na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e  
496 do Adolescente não seria parâmetro para a Conferência Nacional de Assistência Social, tendo em  
497 vista ter utilizado acordo com organismo internacional, bem como o uso da área de tecnologia  
498 advinda da própria estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O  
499 Secretário-Executivo do CONANDA Lucas Pinheiro informou que a Conferência estava orçada  
500 originalmente em 4 milhões, no entanto, como houve acordo de cooperação internacional com o  
501 PNUD e a FLACSO, assinado pelo Ministério no valor de 799 mil reais, sendo esse o custo em  
502 relação a metodologia. Relatou que inicialmente se considerou a realização de licitação, porém, a  
503 Coordenação Geral de Tecnologia de Informação do Ministério, verificou a possibilidade de  
504 realização com os recursos humanos do próprio Ministério. Salientou que a licitação em relação a  
505 equipe de tecnologia custaria em torno de um milhão e meio de reais. Complementou que houveram  
506 contratações de serviços mais simples como libras, cerimonial, áudio-descrição, legenda.  
507 Acrescentou que a Conferência contou com ponto de apoio formado por dez pessoas, membros da  
508 Comissão Organizadora, a FLACSO e a Secretaria Executiva do CONANDA, onde foi usado m  
509 espaço alugado no valor de duzentos mil reais por 15 dias. Concluiu que o gasto total foi de um  
510 milhão contando com todos os gastos descritos anteriormente. O Conselheiro Rodrigo Alves Xavier  
511 questionou como foi realizado o suporte às crianças e adolescentes participantes da Conferência, se  
512 foi por meio de compra de equipamentos, considerando o caráter público do material. Indagou se  
513 futuramente a Plataforma digital poderia continuar a ser utilizada nas Conferências, e se houve  
514 algum tipo de diálogo com grupos que trabalham com ciência de dados. O Secretário-Executivo do  
515 CONANDA Lucas Pinheiro considerou excelente a manifestação do Conselheiro, informou que o  
516 Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, possui muitos Conselhos que realizarão suas  
517 conferências com a tecnologia que adveio do Ministério. Explanou que o CONANDA solicitou que  
518 a Plataforma fosse flexível para utilização para de diferentes Conferências. Explicou que devido os  
519 trabalhos terem sido realizados no âmbito da Plataforma, facilitou a coleta de análise de dados,  
520 como o uso de *software* para busca de palavras, tornou possível identificar o assunto que estava  
521 sendo discutido com mais veemência nos diferentes Eixos. Entendeu que mesmo com o retorno das  
522 Conferências presenciais, o uso da Plataforma não deve ser excluído, uma vez que pode ser usada  
523 para coleta e análise de dados de forma mais detalhada e avançada. Destacou que houveram debates

524 e encaminhamentos advindos da Conferência realizada de forma rápida, e que essa deliberação foi  
525 possível devido a possibilidade de conhecimento dos dados da Conferência em tempo real, lembrou  
526 que no caso da Conferência presencial seria necessária a contratação de equipe de consultoria para  
527 esquematizar e sistematizar as propostas e moções. Quanto à disponibilização de material, informou  
528 que foi realizado o termo de doação em relação aos equipamentos de apoio para os Conselhos  
529 Estaduais, constando compromissos de conservação e limites de 120 megas de *internet* para uso  
530 mensal e filtros de conteúdo impróprio. Por fim o convidado Lucas Pinheiro enalteceu a política de  
531 Assistência Social e agradeceu. **ENCERRAMENTO:** O Coordenador Conselheiro Nacional  
532 Becchara Rodrigues de Miranda agradeceu a presença de todos e o trabalho realizado pela equipe  
533 da Secretaria-Executiva, encerrando a Reunião Regional do CNAS com os CEAS e o CAS/DF –  
534 Região Nordeste.

535

536

537

**Solange Teixeira**

538

**Conselheira Nacional de Assistência Social**

539

540

541

**Becchara Rodrigues de Miranda**

542

**Conselheiro Nacional de Assistência Social**

543

544

545

546

547

Maio de 2021